BASE XXII

1. O contrato de concessão só começará a produzir efeitos no primeiro dia do mês que se seguir àquele em que for celebrado.

2. Considerar-se-ão efectuados em nome e por conta da concessionária os actos normais da exploração, incluindo as encomendas de materiais e os créditos abertos no estrangeiro para o pagamento das mesmas, praticados até à data referida no número anterior que venham a produzir efeitos depois desta data.

BASE XXIII

1. Todas as questões suscitadas entre o Governo e a concessionária sobre a execução do contrato serão resolvidas por um tribunal arbitral, composto de três membros, um nomeado pelo Governo, outro pela empresa concessionária e o terceiro por acordo entre as duas partes ou, na falta de acordo, pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

2. O tribunal julgará *ex aequo et bono* e das suas decisões não haverá recurso.

Ministério das Comunicações, 25 de Abril de 1953. — O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.

Decreto n.º 39 189

Com fundamento no disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 39 188, desta data;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O pessoal dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP) será desligado do exercício de funções naquele organismo, sem dependência de quaisquer formalidades, na data prevista na base xxii, anexa ao Decreto-Lei n.º 39 188, de hoje.

Art. 2.º A comissão de liquidação de contas, referida no artigo 6.º do mesmo decreto-lei, funcionará junto da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, que lhe facultará todos os seus meios disponíveis.

§ único. Aos componentes da comissão serão, por despacho do Ministro das Comunicações, com o acordo do Ministro das Finanças, estabelecidas remunerações como retribuição dos serviços eventualmente prestados.

Art. 3.º A concessionária do serviço público de transportes aéreos referida no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39 188 dará à comissão a colaboração que lhe for solicitada, facilitando, inclusivamente, a prestação dos serviços indispensáveis por parte do pessoal que para

ela transita nos termos da base VIII anexa ao mesmo decreto-lei.

Art. 4.º O Ministro das Comunicações regulará a utilização do pessoal em regime de trabalho fora das horas normais do serviço e daquele que for cedido pela concessionária, ficando o recurso a qualquer outro dependente do acordo do Ministro das Finanças.

Art. 5.º Na data prevista na base xxii anexa ao mesmo decreto-lei, a comissão de liquidação de contas receberá da comissão administrativa dos Transportes Aéreos Portugueses nota dos valores monetários existentes e dos débitos e créditos apurados, assim como os demais elementos para o apuramento definitivo do que venha a incumbir ao Estado satisfazer e arrecadar, de tudo se lavrando o competente auto.

§ único. Quaisquer casos de dúvida na atribuição de receitas ou encargos serão resolvidos por acordo a realizar entre a comissão e a concessionária, homologado superiormente, recorrendo-se, na falta de acordo, a arbitragem nas condições previstas na base xxiii anexa ao Decreto-Lei n.º 39 188.

Art. 6.º As operações activas e passivas a liquidar pela comissão, bem como as que por ela tiverem que ser efectuadas, realizar-se-ão em conformidade com as disposições por que se regiam os Transportes Aéreos Portugueses, salvo na parte expressamente regulada por este decreto.

§ único. Os encargos de contratos presentemente em vigor, cujas obrigações não devem ser assumidas pela concessionária, serão satisfeitos por conta das receitas apuradas e, não sendo estas suficientes, por utilização da dotação inscrita no Orçamento Geral do Estado para as despesas deste serviço.

Art. 7.º As importâncias arrecadadas pela comissão, quer provenientes de receitas dos Transportes Aéreos Portugueses, quer do levantamento do que estiver disponível da verba inscrita no n.º 1) do artigo 140.º, capítulo 12.º, do actual orçamento do Ministério das Comunicações, serão depositadas na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, donde irão sendo retiradas na medida do que for necessário para os pagamentos, a fazer normalmente através da tesouraria privativa da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, e para as transferências a efectuar de conformidade com o disposto no § 1.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 39 188.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Abril de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo*.